

Escola Secundária de Felgueiras

(M.E. 401687)

Documento
de
Apresentação
da
Escola

Escola Secundária de Felgueiras

Dezembro de 2011

I – Introdução

Recomendam as orientações da IGE para a elaboração deste documento que nele se inscreva claramente a “forma como a escola se vê a si mesma”, devendo-se trazer à colação, para o efeito, o contexto, a evolução, as prioridades, os projetos, os resultados, os constrangimentos e os desafios da própria escola. É ainda solicitado que não se desenvolva uma mera descrição dessas temáticas, mas que se faça uma ponderação crítica das mesmas e que não sejam negligenciados, nessa ponderação, os dados e as consequências de anteriores avaliações externas.

Ora, começando pela última referência e aproveitando para contextualizar, desde já, mais este momento de avaliação externa, deve referir-se que o último procedimento do género, desenvolvido em 2007/2008, foi encarado pela escola sobretudo como uma oportunidade de melhoria. Dentro dessa lógica, foi com toda a abertura e com toda a transparência que nele participámos e foi com atitude empreendedora que dele procuramos retirar consequências para a vida da escola. A verdade é que nessa avaliação externa não obtivemos as classificações desejáveis: nível *Suficiente*, nos domínios “Resultados” e “Capacidade de autorregulação e melhoria”. Mas também não é menos verdade que, a partir da discussão feita sobre esse relatório, a escola procurou dedicar especial atenção à introdução de melhorias significativas e sustentadas nesses dois domínios, não descurando, como é óbvio, os restantes. Foi nessa linha estratégica que se enquadraram as mais importantes e as mais emblemáticas medidas desenvolvidas na nossa escola nos últimos três anos, como mais à frente se verá de forma mais desenvolvida. Podemos afirmar que, quanto aos “Resultados”, e se excetuarmos o “sucesso académico”, caracterizado por bastantes oscilações, fizemos um trabalho muito interessante, o qual nos coloca num plano bem superior ao de 2007. Quanto à “Capacidade de autorregulação e de melhoria”, os progressos são ainda mais assinaláveis, já que são também mais sustentados e consistentes. Deve realçar-se, de facto, que neste momento a nossa capacidade de autoavaliação, sobretudo por força do trabalho da Comissão de Avaliação Interna, deixou já de ser um dos nossos pontos fracos para passar a ser um dos nossos pontos fortes. Se recordarmos a quantidade, a qualidade e a pertinência dos dados que a CAI nos forneceu nos últimos anos, seremos obrigados a concluir que estamos num nível bastante avançado neste domínio/campo, até porque esse trabalho tem sido desenvolvido sem recurso a qualquer entidade externa, o que algumas escolas fazem, mas com elevados custos financeiros.

Por isso, todos esperamos que, nos seus traços gerais, esta história se repita, pois estão reunidas as condições para que assim aconteça. A saber: todos os membros da comunidade educativa perspetivam esta avaliação externa como mais uma excelente oportunidade de melhoria; da avaliação realizada há de elaborar-se um relatório que confirmará o resultado do nosso esforço nos últimos anos e que nos apontará, com toda a certeza, novos desafios; da reflexão que faremos a partir desse relatório será delineado um plano de melhoria centrado, como é lógico, na melhoria substancial e sustentada daquele que for apontado como o nosso calcanhar de Aquiles.

Concluindo. Estes ciclos da avaliação externa das escolas configuram um processo global de melhoria contínua para quem os queira e saiba aproveitar. No caso da Escola Secundária de Felgueiras, a melhoria contínua é o nosso código genético, tal como inequivocamente se assume no nosso Projeto Educativo (PE). Na introdução desse documento, pode constatar-se que nos posicionamos no movimento das “Escolas em Melhoria”, exatamente porque defendemos e acreditamos, entre outras questões, na “capacidade de mudança e de melhoria das escolas”.

II - Autoavaliação organizacional

Avancemos, então, para uma ponderação crítica e detalhada do nosso trabalho nos últimos anos.

Podemos começar pelo domínio “Resultados”, e, dentro deste, pelo campo de análise “Resultados académicos”. Previamente, porém, deve ser esclarecida uma questão que é relevante para todos os juízos de valor a construir a propósito deste campo de análise e que é um aspeto que levanta sempre alguma celeuma. Referimo-nos à discrepância entre as classificações da avaliação interna e as classificações da avaliação externa. Essa discrepância, até determinados valores, é assumida pela escola como absolutamente natural. De facto, os exames não avaliam, dado ser uma impossibilidade, atitudes e valores que internamente defendemos e contabilizamos para a atribuição das classificações dos alunos. É, pois, natural, como se disse, que exista alguma discrepância entre os resultados da avaliação interna, construída a partir de critérios de avaliação que, de forma clara e convicta, valorizam também as competências saber-ser e saber-estar, e os resultados da avaliação externa, que “apenas” refletem as competências do saber. Preocupam-nos, como é evidente, algumas dessas discrepâncias, nomeadamente as que vão para além de dois ou três valores, mas preocupam-

nos, sobretudo, os resultados da avaliação externa e da avaliação interna que nos afastam dos objetivos e metas traçados no nosso PE.

Se, no que diz respeito aos resultados sociais e ao reconhecimento da comunidade, a prestação da escola se pode considerar consistente e estabilizada numa linha estratégica de seriedade, justiça e eficácia, reconhecida por todos, no que diz respeito aos resultados académicos, e se tivermos em consideração os dados e os objetivos inscritos no PE, o panorama é de algumas oscilações e, em determinadas variáveis, até de evolução negativa contínua. Estarão no primeiro grupo, com oscilações bastante irregulares, por exemplo, os indicadores “Desistência escolar”, as “Retenções” ou os resultados dos exames nacionais de Matemática e estarão no segundo grupo, as situações mais preocupantes, por exemplo, os resultados dos exames nacionais de Português no Ensino Básico. No entanto, ao contrário do que acontecia em 2007, temos agora, no nosso PE, metas e objetivos muito claros, que nos ajudam a monitorizar todas estas situações. Por isso, todos estes pormenores são amplamente debatidos, sobretudo com o intuito de se encontrarem soluções que permitam inverter as tendências negativas detetadas. Por exemplo, durante o passado mês de novembro, todos os órgãos de gestão da escola, assim como todos os professores, debateram largamente os dados relativos à avaliação externa e à avaliação interna de 2010/2011 e procuraram apresentar sugestões que potenciem a inversão das situações nas disciplinas que apresentam os casos mais preocupantes. A partir dessa discussão, há de o Conselho Pedagógico elaborar um plano estratégico que nos possibilite atingir os objetivos e metas estipulados para 2015.

Importa, agora e para fechar esta reflexão sobre os resultados, esclarecer a estratégia, já qualificada no parágrafo anterior, que permita a obtenção de resultados muito melhores e de forma mais sustentada, quer ao nível social, quer ao nível do reconhecimento da comunidade. Essa estratégia passa pela coerência absoluta entre PE, Regulamento Interno (RI), Projeto Curricular de Escola (PCE) e Plano Anual de Atividades (PAA). Na realidade, o nosso PE prevê uma estratégia global de trabalho, dentro e fora da sala de aula, que se concretiza nos restantes documentos estruturantes e que tem permitido a obtenção de resultados muito interessantes nesta área. E isso é fruto, no essencial, do esforço de docentes e não docentes para concretizarem diariamente a missão da escola. O atual PE prevê, na missão da escola ali inscrita, que se deve proporcionar aos nossos alunos uma educação “integral, de qualidade e adequada a cada um”, para a qual devem contribuir atividades letivas de qualidade, de que falaremos mais à frente, e uma oferta diversificada de atividades não letivas, relacionadas com o ambiente, a cidadania, a cultura e a saúde. Deve destacar-se, a este propósito, que o tratamento dessas temáticas em sala de aula, conjugado com as atividades desenvolvidas pelos quatro clubes, nomeadamente a dinamização das quatro semanas temáticas, as

constantes participações da escola em eventos de outras instituições locais, assim como o dinamismo demonstrado pelo nosso Plano Anual de Atividades (PAA) são as formas concretas e definidas que têm oferecido aos nossos alunos excelentes oportunidades de formação e de informação em termos culturais, cívicos, ambientais e na área da saúde.

Todavia, como todos sabemos, em educação talvez mais importante que os resultados sejam os processos, até porque há uma parte dos resultados, significativa em alguns casos, que não é mensurável nem imediata. O valor acrescentado de educação/formação que uma escola como a nossa oferece aos seus alunos pode ter, e esperemos que tenha, resultados a longo prazo na vida desses alunos. Por isso, reveste-se de especial relevo o escrutínio e a avaliação da qualidade de todos os processos envolvidos na nossa prestação de serviço educativo. E, de todos esses processos, o centro das nossas atenções tem vindo a ser, cada vez mais, o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Já anteriormente se referiu a nossa inclusão, através do PE, no movimento das “Escolas em Melhoria”. É útil, agora, recuperar essa referência, pois, ao contrário do movimento das “Escolas Eficazes”, as “Escolas em Melhoria” colocam a ênfase das suas preocupações e do seu trabalho “nos processos a desenvolver na sala de aula”. Para além disso, como se sabe pelos estudos que os investigadores desta área têm vindo a publicar, o trabalho em sala de aula influencia, de forma determinante, a qualidade do serviço educativo que se presta e a obtenção de resultados de curto, médio e longo prazo. Conscientes destas realidades, temos vindo a desenvolver, nos últimos anos, uma estratégia de aprofundamento e melhoria da planificação da prática letiva, da realização das aulas e da monitorização da avaliação das aprendizagens. Essa estratégia tem dois planos convergentes, mas distintos. Falamos das reuniões de partilha e das reuniões dos conselhos de turma. A nossa escola distingue-se por ter mensalmente, para além das reuniões ordinárias, reuniões de área disciplinar extraordinárias e dedicadas, em exclusivo, às matérias relacionadas com a sala de aula. Estamos, de facto, a fazer um esforço suplementar para partilhar, com o intuito de conseguirmos cada vez mais e melhores processos de aprendizagens, sobre as questões fundamentais em sala de aula: planificação das atividades letivas, realização das mesmas e procedimentos de avaliação dos alunos. Neste longo caminho de trabalho cooperativo entre docentes, foram já muitas as problemáticas abordadas: as planificações anuais e de médio e curto prazo; a articulação dos *currícula*; a adequação da avaliação às práticas letivas; a adequação do ensino, na medida do possível, aos alunos de cada turma; a aferição dos critérios de avaliação; a construção de instrumentos de avaliação dos alunos; etc... Nós somos, de facto, uma escola de partilha pelo nosso PE e pela nossa vivência interna. Mas, há ainda outro plano, como se disse, que importa referir a propósito do

nosso serviço letivo. Na realidade, os conselhos de turma têm também um papel de relevo no que diz respeito ao planeamento, à realização e à avaliação realizada no âmbito das atividades letivas. É nos conselhos de turma que se contextualizam, a partir do PCE, os *curricula* e se produz informação relevante sobre o percurso escolar dos alunos; é nos conselhos de turma que se tomam as mais importantes decisões quanto ao ritmo de aprendizagens dos alunos, quanto às necessidades de apoios, quanto à metodologias mais adequadas para trabalhar com aqueles alunos; é nos conselhos de turma que, em primeira instância, se debate e se previne a desistência e o abandono.

É, pois, com alguma preocupação que vemos o esforço permanente de docentes e não docentes na prossecução dessa estratégia global de melhoria contínua do nosso serviço educativo não ser acompanhado por uma tendência positiva e consistente de resultados académicos. No entanto, os restantes resultados, bem como a confiança no trabalho empenhado e eficiente dos órgãos de gestão da escola, dão a toda a comunidade a certeza de que a estratégia que seguimos, sempre discutida e melhorada, há de trazer todos os benefícios que se esperam, incluindo a evolução positiva em direção a todos os objetivos e metas previstos no nosso PE.

Aliás, no que diz respeito à gestão e às lideranças da escola, o que deve assinalar-se, em termos genéricos, é o espírito de total cooperação e de total empenho em torno do trabalho que é necessário desenvolver para a implementação quotidiana e bem sucedida do nosso PE. Na realidade, desde o Conselho Geral, passando pela Direção e pelos Conselhos Pedagógico e Administrativo, até aos Coordenadores de Departamento, aos Coordenadores de Diretores de Turma ou aos Coordenadores de Área Disciplinar e aos Diretores de Curso ou Diretores de Turma, todos temos trabalhado em sintonia uns com os outros e em sintonia com a estratégia inscrita no PE de escola em melhoria contínua. Com uma cultura de profundo respeito pelas diferentes opiniões e de imperiosa frontalidade e lealdade na discussão das diferentes soluções que, em cada contexto, parecem ser as mais adequadas a uns ou a outros, a escola tem vindo a construir um ambiente de trabalho que favorece a participação de todos e promove ativamente a identificação de cada um com o todo. É notório, para quem conhece o quotidiano da nossa escola, que as lideranças de topo e as lideranças intermédias se esforçam para que desse esforço conjunto resultem as melhores aprendizagens e dessas aprendizagens os melhores resultados. A verdade é que, mesmo com a turbulência verificada no sistema educativo nos últimos anos, o nosso ambiente de trabalho não se alterou muito. Apesar de tudo, continuamos a partilhar motivação uns com os outros, de tal maneira que

entre a desmotivação que o sistema vai promovendo e a motivação que nós vamos promovendo uns aos outros, ora dando, ora recebendo, consoante os dias, temos conseguido encontrar um equilíbrio saudável, que, por sua vez, tem evitado cisões definitivas, graves divisões ou conflitos irremediáveis .

É, pois, com naturalidade, já que todos remamos no mesmo sentido, que a nossa escola consegue desenvolver projetos de grande fôlego e parcerias de alcance considerável. A implementação de cursos de educação e formação, como forma de resposta diferenciada a alunos com necessidade de um percurso escolar alternativo, e a implementação dos cursos profissionais, que passaram a representar cinquenta por cento do nosso ensino secundário, são exemplos de projetos que foram implementados com êxito nos últimos anos. E foram dois projetos que exigiram muito de toda a escola. Por um lado, houve necessidade de inúmeras adaptações institucionais e pessoais, uma vez que representam uma nova forma de trabalhar completamente diferente. Por outro lado, exigiram uma grande abertura da escola ao meio e vice-versa, obrigando à mobilização de imensos recursos humanos e materiais da comunidade. Se considerarmos os espaços e as pessoas exteriores à escola que estão envolvidos nos estágios dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais, por exemplo, verificaremos que é um trabalho de grande fôlego, como se disse, só possível com a estreita cooperação de uma vasta equipa de docentes e com a melhor colaboração de instituições e empresas do concelho de Felgueiras e de alguns concelhos limítrofes. O mesmo se pode dizer do nosso Centro Novas Oportunidades (CNO), instituído como resposta da nossa escola às solicitações de formação e de certificação de competências da população adulta do nosso concelho. Se considerarmos o número de pessoas envolvidas e os diferentes espaços já utilizados, mais uma vez seremos obrigados a concluir que só uma equipa de docentes vasta e coesa, bem como uma inestimável colaboração da comunidade permitem que esse trabalho se desenvolva com seriedade e qualidade. E a muitos outros projetos se poderia fazer referência, pelo que representam de envolvimento concertado de equipas docentes motivadas e de envolvimento da comunidade. Talvez não devam passar sem uma breve referência, neste contexto, os projetos Comenius, pois exigiram e exigem não só o tal trabalho dedicado de uma vasta equipa docente, mas também a insubstituível abertura da comunidade. Para além disso estes projetos, o desenvolvido entre 2008 e 2010 e o que está ainda em desenvolvimento, constituíram-se como um inovação muito bem recebida pelos alunos e pela comunidade. A implementação da educação sexual ou as colheitas de sangue, por exemplo, têm sido projetos levado a cabo com as mesmas premissas: grande envolvimento dos docentes e forte participação da comunidade. A lista de exemplos seria imensa.

Quanto a parcerias estratégicas, devem destacar-se duas parcerias com instituições de ensino superior que irão conduzir, no futuro próximo, à abertura de dois Cursos de Especialização Tecnológica (CET), tal como previsto na nossa oferta formativa. Temos desenvolvido diligências com o Instituto Politécnico de Bragança, para a abertura de um CET na área da Informática, e com a CESPU, para a abertura de um CET na área da Saúde.

Outro campo onde se pode observar e comprovar a coerência e o dinamismo do trabalho da escola, a partir do seu PE, é a formação que tem sido oferecida ao pessoal docente e ao pessoal não docente. Apesar de termos vivido nos últimos anos, também nesta matéria, uma profunda instabilidade sistémica, na nossa escola fez-se um enorme esforço para possibilitar, em estreita colaboração com o CFAE Sousa Nascente, a todo o pessoal oportunidades de formação diversificadas e de qualidade. A verdade é que a escola tem oferecido, de forma gratuita, bons planos anuais de formação. Ou com fundos nacionais disponibilizados, ou partilhando recursos com outras escolas, ou recolhendo o generoso contributo de alguns formadores internos, ou despendendo de algumas verbas, temos encontrado sempre soluções para resolver de forma satisfatória esta questão.

Enfim, como se pode constatar, também de alguma criatividade e inovação se vai fazendo a história da nossa escola. Mas o melhor do nosso esforço, em termos de criatividade e inovação, nos últimos anos, tem sido direcionado, como já se disse, para a “introdução de melhorias significativas e sustentadas” que permitam a obtenção de melhores prestações a nível dos “Resultados” e da “Capacidade de autorregulação”. Retomemos, então, para as desenvolvermos com mais pormenor, dentro de uma perspetiva de inovação, as medidas discutidas e implementadas pela escola a partir da última avaliação externa.

A primeira grande medida foi a implementação de um trabalho de autoavaliação contínuo, que se caracterizasse por abranger todos os domínios da nossa vida escolar e que fosse capaz de produzir informação a partir da qual fosse possível construir respostas para as principais preocupações escrutinadas. Como já se afirmou anteriormente, entendemos que este trabalho foi muito bem conseguido, uma vez que, de facto, temos um sistema de autoavaliação contínuo, abrangente e que nos tem ajudado a atuar positivamente sobre as diferentes realidades à nossa volta.

No entanto, para o fecho deste capítulo de autoavaliação organizacional ficaram “as mais importantes e as mais emblemáticas medidas desenvolvidas na nossa escola nos últimos três anos”, como se anunciou logo no início deste texto. A maior parte delas aparecem

consubstanciadas no documento “Critérios gerais para a elaboração de horários”. Com a criação desse documento e com as regras ali inscritas, muitas foram as inovações introduzidas na nossa escola, com forte impacto, sobretudo e como se pretendia, nas atividades letivas. A consagração da atribuição de um tempo letivo suplementar a todos os diretores de turma do ensino secundário ou a consagração da obrigatoriedade de funcionamento no período da manhã das aulas das disciplinas teóricas sujeitas a exame nacional são marcas indeléveis da nossa escola nos últimos anos. Essas marcas, entre outras, demonstram claramente a nossa vontade coletiva de avançarmos, em termos concretos, em direção à melhoria contínua do serviço público de educação que prestamos à comunidade onde estamos a trabalhar com todo o gosto. Para além disso, o trabalho cada vez mais apurado de distribuição de serviço letivo e não letivo em função do perfil de cada um, também consagrado no mesmo documento, tem vindo a revelar-se um instrumento essencial para uma melhor gestão dos recursos humanos disponíveis. Em boa verdade, este é um dos aspetos que deve merecer um especial cuidado, por parte de todos, no futuro próximo, não só pela enorme margem de aprofundamento que se pode e deve ainda explorar, mas também pela delicadeza e impacto que cada decisão pode assumir para os docentes e para os discentes. No entanto, o caminho já percorrido nesta matéria revelou que, com seriedade e bom senso, é possível avançar de forma sustentada e segura. E, deve acrescentar-se, as indicações para essas decisões têm surgido muito mais como resultado de um processo negocial entre as lideranças intermédias e as lideranças de topo, do que como resultado dos ciclos da Avaliação de Desempenho Docente, que todos fizemos por relativizar em absoluto, pois considerámos, desde sempre, que foi um processo mal desenhado, muito mal implementado e que, por isso, nunca poderia gerar resultados sérios e credíveis, em que se pudessem fundamentar quaisquer decisões.

É com este tipo de medidas estruturais que esperamos conseguir cada vez melhores aprendizagens por parte dos nossos alunos e, assim, atingir os objetivos e metas inscritos no nosso PE. Entretanto, com a conclusão, no final de 2012, das obras de remodelação da escola, esperamos ter condições para aprofundar os caminhos aqui apontados e descobrir novos percursos para oferecer a Felgueiras mais e melhor educação. Aliás, a exploração de todas as potencialidades educativas do novo edifício será um dos principais desafios da escola no curto e médio prazo. Todos temos a obrigação de assumir a responsabilidade de procurar as melhores fórmulas para rentabilizar o enorme investimento que está a ser feito nas novas instalações. Temos, desde já, a consciência de que todos, desde a administração educativa até à comunidade local, esperam, como é natural, que a escola saiba aproveitar esta oportunidade para melhorar todos os aspectos da sua atuação. Mas esse trabalho se verá noutra ocasião...

III - Conclusão

Esperamos, aqui chegados, ter traçado um quadro suficientemente claro para que se perceba o atual momento da nossa escola.

Não houve, até pela dimensão máxima que este texto pode ter, a intenção de ser exaustivo na descrição de tudo quanto se desenvolve na nossa escola em termos de atividades letivas e não letivas, até porque muito se pode colher nos documentos a que se foi fazendo referência. Houve, isso sim, a preocupação de ter um olhar crítico sobre a forma como trabalhamos e sobre as principais novidades que fomos discutindo e implementando nos últimos anos; e, para além dessa, houve, ainda, a preocupação, eventualmente menos evidente, de fornecer pistas suficientes sobre a nossa vida quotidiana para que as entrevistas, a realizar no âmbito desta avaliação externa, possam decorrer com o interesse e a assertividade que se deseja.

Há, no entanto, uma última nota que é importante registar. Apesar de não abundarem neste texto de apresentação da escola as referências ao seu contexto, convém esclarecer que isso aconteceu intencionalmente. Muitas vezes as escolas, de forma deliberada ou inconsciente, cedem à tentação de justificar algumas das suas dificuldades e alguns dos seus resultados com o respetivo contexto. Essa não é a nossa perspetiva e, por isso, não invocamos o nosso contexto ao longo da apreciação crítica do nosso trabalho. Preferimos sempre focar a nossa atenção e o nosso esforço nas alterações que podemos provocar sobre o contexto em que nos inserimos, do que procurar nesse contexto qualquer tipo de explicações para os resultados do trabalho que desenvolvemos na escola. Isto não significa que não conheçamos o contexto em que atuamos ou que ignoremos a influência que pode ter num processo como o educativo, como demonstram os nossos documentos internos, desde o PE aos PCT. Significa apenas que não quisemos utilizar o contexto, pois preferimos direcionar a nossa reflexão e a nossa atuação para os aspetos internos que nos parecem capazes de influenciar decisiva e diretamente o trabalho letivo e não letivo de alunos e professores.

Concluimos com a formulação dos votos habituais nestas circunstâncias e que, afinal, expressam bem o que todos desejam. Esperamos uma avaliação externa justa e imparcial, que seja capaz de nos ajudar a refletir sobre o nosso trabalho e a formular um plano de melhoria exequível e capaz de nos catapultar para melhores desempenhos individuais e coletivos...